

POLÍTICAS E SERVIÇOS DE SAÚDE 4

LUIS HENRIQUE ALMEIDA CASTRO
(ORGANIZADOR)



POLÍTICAS E SERVIÇOS DE SAÚDE 4

LUIS HENRIQUE ALMEIDA CASTRO
(ORGANIZADOR)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Prof^a Dr^a Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Prof^a Dr^a Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof^a Dr^a Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Prof^a Dr^a Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Prof^a Dr^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a Dr^a Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Prof^a Dr^a Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Prof^a Dr^a Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Prof^a Dr^a Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof^a Dr^a Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Prof^a Dr^a Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Prof^a Dr^a Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Prof^a Dr^a Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof^a Dr^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Secconal Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Antonio Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR

Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremona
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Luis Henrique Almeida Castro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P769 Políticas e serviços de saúde 4 / Organizador Luis Henrique Almeida Castro. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-815-1

DOI 10.22533/at.ed.151210102

1. Saúde. I. Castro, Luis Henrique Almeida (Organizador). II. Título.

CDD 613

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A obra “Políticas e Serviços de Saúde” compila 85 trabalhos técnicos e científicos originais produzidos por acadêmicos, docentes e pesquisadores de diversas Instituições de Ensino no Brasil; os textos – que abrangem diversas metodologias de pesquisa – refletem o caráter plural e multidisciplinar desta temática trazendo ao leitor não só o panorama atual das políticas públicas de saúde, mas também como os aspectos biopsicossociais e ambientais característicos de nosso país permeiam este cenário.

Este E-Book foi dividido em quatro volumes que abordam, cada qual, fatores os intrínsecos ligados à política e serviços no âmbito da saúde no Brasil, respectivamente: “Clínica em Saúde”, que traz majoritariamente revisões e estudos de caso no intuito de fornecer novas possibilidades terapêuticas; “Diversidade Social” que tem como foco as ações práticas da comunidade científica no contexto da atuação profissional em coletividades; “Educação em Saúde”, volume que apresenta, discute e/ou propõe opções inclusivas para o ensino de saúde em ambiente comunitário, hospitalar e escolar; e, por fim, “Epidemiologia & Saúde” que compila estudos, em sua maioria observacionais, com foco na análise da transmissão de doenças comuns no cenário nacional ou ainda investigam novas abordagens para o estudo do tema.

Agradecendo o empenho dos autores na construção dessa obra, explicita-se o desejo de que esta leitura contribua para a ampliação do conhecimento científico das políticas públicas nacionais em saúde e também que possa contribuir para novos estudos.

Boa leitura!

Luis Henrique Almeida Castro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

AUMENTO DOS CASOS DE SÍFILIS EM GESTANTES E SÍFILIS CONGÊNITA EM UMA MATERNIDADE DE REFERÊNCIA NO MUNICÍPIO DE GARANHUNS-PE

Lucivânia Machado da Silva Bernardo
Rosálva Raimundo da Silva
Geyssyka Morganna Soares Guilhermino
Thércia Mayara Oliveira Feitosa

DOI 10.22533/at.ed.1512101021

CAPÍTULO 2..... 15

COLONIZAÇÃO INTRADOMICILIAR E INFECÇÃO NATURAL DE TRIATOMÍNEOS VETORES DA DOENÇA DE CHAGAS EM PERNAMBUCO NO PERÍODO DE 2007 A 2015

Paula Braga Ferreira Silva
Bárbara Morgana da Silva
Gênova Maria de Oliveira Azevedo
Michelle Caroline da Silva Santos
José Alexandre Menezes da Silva

DOI 10.22533/at.ed.1512101022

CAPÍTULO 3..... 26

DENGUE: TRANSMISSÃO, ASPECTOS CLÍNICOS E ECOEPIDEMIOLÓGICOS NO MUNICÍPIO DO IPOJUCA, PERNAMBUCO - BRASIL

Hallysson Douglas Andrade de Araújo
Jussara Patrícia Monteiro Vasconcelos
Giseli Mary da Silva
Tháís Nascimento de Almeida Siqueira
Thierry Wesley de Albuquerque Aguiar
Adriana Maria da Silva
Emily Gabriele Marques Diniz
Letícia da Silva Santos
Kaio Henrique de Freitas
André de Lima Aires
Andrea Lopes de Oliveira
Juliana Carla Serafim da Silva

DOI 10.22533/at.ed.1512101023

CAPÍTULO 4..... 34

DIFICULDADES NO USO DE ESTUDOS ETNOBOTÂNICOS PARA A SAÚDE PÚBLICA: METANÁLISE DE ESTUDOS EM PERNAMBUCO

Caio Swame Santiago Paulino
Lucas Luan Raimundo Bezerra dos Santos Silva
Cristiane Gomes Lima

DOI 10.22533/at.ed.1512101024

CAPÍTULO 5	47
ESTUDO TRANSVERSAL SOBRE AS PRÓTESES SOBRE IMPLANTES REALIZADAS NO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS DA UNIOESTE	
Andressa Mara Cavazzini Veridiana Camilotti Márcio José Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.1512101025	
CAPÍTULO 6	52
FERRAMENTAS DO DATASUS PARA O ESTUDO DE MICOLOGIA MÉDICA	
Marina Cristina Gadêlha Deisiany Gomes Ferreira Beatriz Vesco Diniz Melyssa Fernanda Norman Negri	
DOI 10.22533/at.ed.1512101026	
CAPÍTULO 7	61
IMPORTÂNCIA DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, EPIDEMIOLÓGICA E LABORATÓRIO DE SAÚDE PÚBLICA NA ELUCIDAÇÃO DE SURTOS DE DOENÇA DE TRANSMISSÃO HÍDRICA E ALIMENTAR	
Andreia de Oliveira Massulo Sonia Aparecida Viana Câmara	
DOI 10.22533/at.ed.1512101027	
CAPÍTULO 8	69
INCIDÊNCIA E MORTALIDADE POR CÂNCER DO COLO DO ÚTERO EM MULHERES INDÍGENAS NO BRASIL	
Silene da Silva Correa Vanusa Manfredini	
DOI 10.22533/at.ed.1512101028	
CAPÍTULO 9	81
INTERNAÇÕES POR CONDIÇÕES SENSÍVEIS À ATENÇÃO PRIMÁRIA EM UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO	
Cilas Galdino Júnior Paulete Maria Ambrósio Maciel Janine Pereira da Silva Gulliver Fabrício Vieira Rocha Maria Carlota de Rezende Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.1512101029	
CAPÍTULO 10	94
INTERNAÇÕES POR DOENÇAS RELACIONADAS AO SANEAMENTO BÁSICO INADEQUADO NO ESTADO DO PARÁ	
Tayane Moura Martins	
DOI 10.22533/at.ed.15121010210	

CAPÍTULO 11..... 104

NOVO VÍRUS (COVID 19) – SITUAÇÃO QUE O BRASIL SE ENCONTRAVA NA CHEGADA DO VÍRUS E CONSEQUÊNCIAS DAS MEDIDAS ADOTADAS

Flávio Narciso Carvalho
Aíla Dias Nepomuceno
Maria Eduarda Meneguitte Teixeira
Marcos Henrique de Castro E Souza
Nicolly Cardoso Tagliati Rodrigues
Rágila Miriã de Oliveira dos Santos
Antonio Marcio Resende do Carmo
Pamella Carolina de Sousa Pacheco Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.15121010211

CAPÍTULO 12..... 114

O PROCESSO DE TRABALHO E OS EFEITOS SOBRE A SAÚDE DOS DOCENTES DO INSTITUTO FEDERAL DO ACRE

Tiago de Oliveira Cruz
Luiz Felipe Silva Lima
Luciana Ribeiro da Silva Peniche
Eder Ferreira de Arruda

DOI 10.22533/at.ed.15121010212

CAPÍTULO 13..... 127

O USO DOS RECURSOS ERGOGÊNICOS E SUPLEMENTAÇÃO POR PRATICANTES DE MUSCULAÇÃO

André Luis do Nascimento Mont Alverne
Ronaldo César Estácio Cunha
Vitor Viana da Costa
Lívia Silveira Duarte Aquino
Carlos Alberto da Silva
Paula Matias Soares
Welton Daniel Nogueira Godinho
Guilherme Nizan Silva Almeida
André Accioly Nogueira Machado
Joana Aldina dos Santos Pinheiro Sampaio
Mabelle Maia Mota
Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho

DOI 10.22533/at.ed.15121010213

CAPÍTULO 14..... 138

PERFIL CLÍNICO-EPIDEMIOLÓGICO E CRITÉRIOS DIAGNÓSTICOS DOS PACIENTES DE HANSENÍASE DO HCFMRP-USP NO PERÍODO DE 2010-2015

Laura Boldrin Cardoso de Souza
Fernanda André Martins Cruz Perecin
João Carlos Lopes Simão
Elis Lippi Ângela Alves da Costa
Marco Andrey Cipriani Frade

DOI 10.22533/at.ed.15121010214

CAPÍTULO 15.....	150
PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DAS INTERNAÇÕES POR NEOPLASIA MALIGNA DO COLO DO ÚTERO NOS ÚLTIMOS 5 ANOS NO BRASIL	
Flavia Danielle Souza de Vasconcelos	
Ana Cláudia da Silva Fernandes Duarte	
Davi Wesley Ramos do Nascimento	
Ana Kelly da Silva Fernandes Duarte	
Antonio Paulo Reis de Amorim Lisboa	
Matheus dos Santos do Nascimento Carvalho	
Camila Maria Beder Ribeiro Girish Panjwani	
DOI 10.22533/at.ed.15121010215	
CAPÍTULO 16.....	161
RELAÇÃO DA CONDIÇÃO CLÍNICO FUNCIONAL COM CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS, TERAPÊUTICAS E LOCOMOTORAS DE IDOSOS RESIDENTES NA ZONA RURAL	
Danubya Marques de Deus	
Juliana Carvalho Schleder	
Clóris Regina Blanski Grden	
Luciane Patrícia Andreani Cabral	
Danielle Bordin	
DOI 10.22533/at.ed.15121010216	
CAPÍTULO 17.....	173
TRANSTORNOS MENTAIS E COMPORTAMENTAIS EM TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO: PERFIL DOS AFASTAMENTOS DE SAÚDE NA REDE PÚBLICA DE ENSINO	
Bárbara de Oliveira Figueiredo	
Luiz Sérgio Silva	
Tiago Ricardo Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.15121010217	
CAPÍTULO 18.....	190
VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA CRIANÇAS: CARACTERIZAÇÃO DOS CASOS NOTIFICADOS NO ESPÍRITO SANTO	
Franciéle Marabotti Costa Leite	
Márcia Regina de Oliveira Pedroso	
Bruna Venturin	
Letícia Peisino Bulerirano	
Odelle Mourão Alves	
DOI 10.22533/at.ed.15121010218	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	201
ÍNDICE REMISSIVO.....	202

TRANSTORNOS MENTAIS E COMPORTAMENTAIS EM TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO: PERFIL DOS AFASTAMENTOS DE SAÚDE NA REDE PÚBLICA DE ENSINO

Data de aceite: 01/02/2021

Data de submissão: 15/12/2020

Bárbara de Oliveira Figueiredo

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
Campos dos Goytacazes – Rio de Janeiro
<https://orcid.org/0000-0003-4632-6500>

Luiz Sérgio Silva

Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte – Minas Gerais
<https://orcid.org/0000-0002-3517-6941>

Tiago Ricardo Moreira

Universidade Federal de Viçosa
Viçosa – Minas Gerais
<https://orcid.org/0000-0002-6606-4942>

RESUMO: Objetivou-se descrever as características das licenças para tratamento de saúde dos servidores públicos federais em uma instituição de ensino, identificando quais fatores interferem com a existência de mais dias de afastamento do trabalho, além de expor a prevalência e aspectos associados as licenças por Transtornos Mentais e Comportamentais, no período entre 2014 e 2017. As variáveis estudadas foram o cargo na instituição, a faixa etária do servidor afastado, o gênero, a quantidade de dias de afastamento, o ano e a doença, e os dados obtidos através da análise documental de prontuários e nas plataformas SIASS (sistema que contém informações sobre a saúde dos servidores), no período de agosto

de 2018 a fevereiro de 2019. A amostra de 5.115 eventos na população de 1.104 servidores confirmou a relação entre idade do servidor com o maior média de dias de afastamento, enquanto o gênero feminino e o cargo técnico-administrativo apresentam menor quantidade de dias de afastamento. As doenças mentais representaram um aumento de 22,30 dias a mais de licença comparado a outras causas, destacando-se como as doenças que mais tempo afastam do trabalho. Diferente dos demais afastamentos do trabalho por doença, os TMC afastam trabalhadores cada vez mais jovens, além dos servidores de função administrativa e trabalhadoras do gênero feminino.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde do trabalhador; Saúde Mental; Licença médica; Setor público.

MENTAL AND BEHAVIORAL DISORDERS IN EDUCATION WORKERS: PROFILE OF HEALTH LEAVES IN THE PUBLIC EDUCATIONAL SYSTEM

ABSTRACT: The study aimed to describe the characteristics of leaves of federal public servants in an educational institution, identifying which factors are related to more days of sick leaves, also presenting the prevalence and the associated factors to Mental and Behavioral Disorders leaves, in the period between 2014 and 2017. The variables studied were the position at the institution, the age group of the worker away from work activities, gender, the number of days off, the year and the disease, and the data obtained through documentary analysis of medical records and on the SIASS platforms (system that contains

information on workers' health), from August 2018 to February 2019. The sample of 5,115 events in the population of 1,104 servers confirmed the relationship between age group of the server with the highest average days of sick leave, while the female gender and the technical-administrative position have less days of leave. Mental and behavioral disorders presented an increase of 22.30 more days on leave compared to other causes, standing out as the biggest reasons for leaving work. Unlike other sick leave, TMC keeps more and more, youngsters, administrative employees and female workers away from work.

KEYWORDS: Occupational Health; Mental Health; Sick Leave; Public Sector.

1 | INTRODUÇÃO

Desde o século XIX, as condições físicas da força de trabalho já eram discutidas. Com o foco no aumento da produção, a prevenção e recuperação dos danos causados pelo trabalho era centrada na figura do médico, considerando o trabalhador apenas como objeto da ação (Mendes; Dias, 1991). Ao fim da II Guerra Mundial, com a conscientização da importância da Segurança do Trabalho, a atuação multiprofissional intervinha nos locais de trabalho, até o momento que explicitou a necessidade de ir além da saúde ocupacional e se tornar uma questão de saúde pública (Lacaz, 2007). Com isso, o objeto passa a ser o processo saúde-doença em relação do trabalho e uma ação de responsabilidade social.

No Brasil, a Saúde do Trabalhador teve destaque na Lei Orgânica da Saúde, que regulamenta o SUS e enfatiza o trabalho como fator determinante/condicionante de saúde (Brasil, 1990). Sobre a execução, a lei destaca que através das ações de vigilância epidemiológica e sanitária visa a promoção, proteção, recuperação e reabilitação dos trabalhadores. Porém, ainda hoje, implementar essas ações apresenta dificuldades, já que, é necessário atender amplamente múltiplos fatores do complexo saúde-doença (Barboza; Santos, 2018).

Um dos indicadores das condições de saúde e segurança no trabalho é a prevalência de licenças do trabalho por motivo de saúde, que acontecem em decorrência de múltiplos fatores, incluindo condições diretamente ligados a atividade (Cantor Cutiva; Burdorf, 2015; Pizzio; Klein, 2018), podendo o ambiente de trabalho ser considerado um fator de risco ou um agravante de problemas de saúde pré-existentes nos trabalhadores (IPEA, 2016; Lemos *et al.*, 2018; Souza; Reis, 2013), chegando a acarretar aposentadorias prematuras (SEGEP/MP, 2017; Andrade *et al.*, 2008; Head, 2008). No âmbito nacional, as aposentadorias pagas precocemente (antes dos 60 anos de idade), no ano de 2015, correspondeu a 2% do PIB brasileiro (Santos; Mattos, 2010), além de 1,3% das aposentadorias de servidores públicos federais serem consideradas prematuras e 4,7% ser por invalidez para o trabalho (Guimarães *et al.*, 2016).

Na última década, observa-se uma maior discussão no âmbito da Administração Pública voltada para a implementação de políticas de saúde no trabalho. As licenças por saúde vem se tornando alvo de preocupação nas organizações públicas, tanto pelo

impacto econômico gerado ao erário quanto pelo serviço deficitário (Silva; Paes, 2016; Silva; Caveião, 2016). O trabalhador público é um relevante agente na construção social e, no Brasil, correspondem a 10% do total de trabalhadores do país, o que proporcionalmente representa metade do total de trabalhadores da França e um terço do que a Dinamarca emprega (Sumamen *et al.*, 2015).

Em 2009, com o intuito de regulamentar a Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal (PASS), instituiu-se o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Trabalhador – SIASS (Brasil, 2009). O atendimento pela equipe multiprofissional da Unidade SIASS é orientado pelo Manual de Perícia Oficial em Saúde do Servidor Público Federal, que descreve os procedimentos legais a serem adotados, utilizando o sistema SIAPE-Saúde como prontuário eletrônico, alimentando-o com as informações epidemiológicas dos servidores (SERGT/MP, 2017).

Ao longo do tempo, vemos a dissolução do compromisso inicial do governo com o modelo de saúde do trabalhador e o redirecionamento das ações para o modelo mais conservador de saúde ocupacional, o que acontece na maioria das relações trabalhistas no país. Mesmo com avanços, nota-se a necessidade do desenvolvimento de ações efetivas de vigilância e assistência com foco na prevenção e promoção da saúde (Martins *et al.*, 2017).

Uma das áreas afetadas é a do ensino público, onde as consequências com os afastamentos do trabalhador são vivenciadas diretamente na sociedade, tanto na falta do professor na sala de aula, influenciando o aprendizado e desempenho dos discentes (Miranda; Araujo; Marcelino, 2017), quanto na ausência dos servidores que realizam funções de apoio às atividades de ensino (Malta; Reis Neto; Leite, 2019; Bastos; Saraiva; Saraiva, 2016).

Levando em consideração que a maior parte do nosso tempo é dedicado ao trabalho, um ambiente saudável é de suma importância para o desenvolvimento de saúde que a atividade produtiva é capaz. Porém, um ambiente de trabalho em condições precárias - seja pelas situações físicas, seja por uma gestão ineficaz – traz danos à saúde física e/ou mental dos trabalhadores, e impacta negativamente na qualidade de vida deles (Chisholm *et al.*, 2016). Com isso, diversas circunstâncias do trabalho e fora da atividade laboral, atuando de forma conjunta, desencadeiam o sofrimento psíquico, causando não apenas o afastamento do trabalho, como presenteísmo e sendo essa a principal causa de incapacidade laboral (Codo; Sampaio, 1995).

Ainda hoje as doenças psíquicas deixam muitas vezes de ser reconhecidas como doença do trabalho ou fator importante para prevenção nesse meio. O que se observa nas pesquisas é que a saúde mental dos trabalhadores apresenta prejuízos quando as exigências do trabalho ultrapassam a capacidade de adaptação do sujeito, ou de suas possibilidades defensivas, gerando transtornos como o uso excessivo de drogas psicoativas e álcool (Glina *et al.*, 2001).

O presente estudo buscou conhecer a prevalência de afastamento por Licença-saúde entre trabalhadores da educação de uma instituição pública, relacionados à CID F (Transtornos Mentais e Comportamentais - TMC) e os fatores associados, no período entre 2014 e 2017.

Tal pesquisa se justifica pelo interesse em conhecer melhor a realidade dessa população, nos levando a compreender a complexidade do problema no âmbito da educação pública. O presente estudo mostrou indicativos da necessidade de intervenção e a urgência de ações efetivas que melhorem as condições de trabalho e sirvam de referências para pesquisas futuras.

2 | MÉTODOS

Trata-se de um estudo observacional, analítico, de corte transversal, desenvolvido uma instituição pública federal de ensino médio, técnico e superior, acerca das licenças para tratamento de saúde dos servidores no período de janeiro de 2014 a dezembro de 2017. Desses servidores, 916 são docentes e 708 são técnico-administrativos, totalizando 1.624 trabalhadores (dados fornecidos pelo departamento de gestão de pessoas da instituição). Foram incluídos na pesquisa os servidores que apresentaram licenças para tratamento da própria saúde iniciadas no período de 2014 a 2017, e comprovadas por atestado médico/odontológico. Foram excluídas as licenças maternidades e por motivo de doença de pessoa da família.

Foi utilizada como técnica de coleta de dados a análise documental de prontuários dos servidores, armazenados na Unidade SIASS da instituição e a consulta nos bancos de dados “SIAPE-Saúde”, realizada no período de agosto de 2018 a fevereiro de 2019. A Unidade SIASS é responsável por homologar as licenças por motivo de saúde dos servidores no sistema SIAPE-Saúde (sistema integrante do SIAPEnet, que é o sítio oficial das informações do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos, pertencente ao Ministério do Planejamento) e armazenam em suas dependências os prontuários de todos os servidores atendidos na Unidade. Para manter o sigilo das informações o instrumento de coleta de dados foi identificado apenas por um código de números arábicos, sem menção a qualquer identidade do servidor.

As variáveis estudadas foram: o cargo na instituição, faixa etária do servidor afastado, gênero (feminino e masculino), a quantidade de dias de afastamento de cada licença, ano do afastamento e a doença geradora da licença.

Em relação as doenças, essas foram identificadas conforme capítulos/grupos da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde - CID-10 (OMS, 1995), estabelecendo a classificação e codificação das doenças de acordo com os sinais e sintomas descritos pelo médico/odontólogo assistente e que sugere o afastamento do trabalho pelo trabalhador no atestado. As doenças prevalentes

foram divididas em sete categorias: doenças do aparelho respiratório, doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo, doenças do aparelho digestivo, transtornos mentais e comportamentais, doenças infecciosas e parasitárias, doenças do aparelho circulatório e, como última categoria, o compilado de todos os outros grupos apresentados, denominada de “Outras doenças”.

Inicialmente, realizamos a caracterização da população, pelas variáveis coletadas, através da frequência absoluta e relativa.

Na análise univariada, na finalidade de investigar as médias de dias de licença entre as variáveis, foi utilizado o teste T ou ANOVA de acordo com o número de categorias de cada variável explicativa. Na análise multivariada, utilizou-se a regressão linear múltipla, tendo como variável dependente o número de dias de afastamento e como variáveis independentes os parâmetros que apresentaram uma significância igual ou inferior a 20% na análise univariada. Para a construção dos modelos de regressão linear usou-se o procedimento *stepwise backward*. Foi estabelecida uma significância igual ou inferior a 5% para correlação entre as variáveis estudadas.

Por fim, foi realizada a análise descritiva das Licenças para Tratamento de Saúde dos servidores afastados do trabalho devido Transtornos Mentais e Comportamentais (TMC). Essa análise se realizou caracterizando os afastamentos através das variáveis gênero (feminino e masculino), faixa etária, cargo do servidor na instituição (técnico-administrativo e docente). Todas as variáveis, nessa etapa, foram subdivididas por ano inicial da licença (2014, 2015, 2016 e 2017).

O programa SPSS versão 20 para Windows foi utilizado na análise estatística. O projeto foi aprovado pela instituição e pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Viçosa (Parecer nº 2.714.790).

3 | RESULTADOS

Foram identificados 5.115 afastamentos dentro do período avaliado (2014 a 2017), e do total de servidores efetivos na instituição (1.624), o número que permaneceu na pesquisa, após aplicados os critérios de inclusão e exclusão, foi o de 1.104.

Na análise descritiva das variáveis estudadas (Tabela 1) identificamos o predomínio de pessoas do gênero feminino (63,75%), com faixa etária entre 34 a 39 anos (22,6%) e 48 a 56 anos (21,7%). Além disso, a maior parte dos participantes ocupa o cargo de técnico-administrativo na instituição (67,1%).

Destacam-se as licenças de 1 dia (38,5%) e de 9 dias ou mais (19,7%). Em relação as causas dos afastamentos, as doenças do aparelho respiratório (17,1%) apresentaram maior prevalência, seguida pelas doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (13,1%), doenças do aparelho digestivo (10,7%), transtornos mentais e comportamentais (8,9%), doenças infecciosas e parasitárias (8,8%) e doenças do aparelho circulatório

(6,7%). A categoria denominada “outras doenças” representou 34,7% do total.

Informações sobre o afastamento	N	%
Cargo		
Técnico-administrativo	3431	67,1%
Docente	1684	32,9%
Faixa etária		
≤ 33 anos	1069	20,9%
34 – 39 anos	1156	22,6%
40 – 47 anos	846	16,5%
48 – 56 anos	1108	21,7%
57 anos ou +	936	18,3%
Gênero		
Feminino	3261	63,75%
Masculino	1854	36,25%
Quantidade de dias do afastamento		
1 dia	1969	38,5%
2 dias	927	18,1%
3 dias	605	11,8%
4 – 8 dias	604	11,8%
9 dias ou +	1010	19,7%
Ano do afastamento		
2014	867	17,0%
2015	1210	23,7%
2016	1597	31,2%
2017	1441	28,2%
Grupo de Doença do afastamento		
Doenças do aparelho respiratório	876	17,1%
Doenças do Sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	670	13,1%
Doenças do aparelho digestivo	547	10,7%
Transtornos Mentais e Comportamentais	454	8,9%
Doenças Infecciosas e parasitárias	450	8,8%
Doenças do aparelho circulatório	344	6,7%
Outras doenças	1774	34,7%

*referente ao número de afastamentos no período estudado.

Tabela 1. Análise descritiva das características das Licenças para Tratamento de Saúde entre 2014 e 2017 (N=5.115*).

Ao realizar a análise dos fatores associados à média do número de dias de afastamento (Tabela 2), observa-se associações estatisticamente significativas entre todas as variáveis estudadas (p -valor $<0,05$). A média de dias de afastamentos é maior nos servidores do gênero masculino (10,30 [22,79]), cargo de docente (11,97 [24,61]), e em relação à idade, nota-se que a média de dias de afastamento vai crescendo com o aumento da faixa etária. O ano de 2014 foi o que apresentou maior média de dias de afastamento, comparado aos demais (10,38 [23,32]).

Ao realizar a análise de quais doenças estão associados ao número de dias de afastamento, observa-se associações estatisticamente significativas entre todas as variáveis estudadas (p -valor $<0,05$). É possível observar que os TMC (27,41 [34,57]) apresentaram uma média maior de dias de afastamento, no período considerando, quando comparados a todos os outros CIDs existentes.

Variáveis	Quantidade de dias do afastamento	
	Média (Desvio Padrão)	p-valor
Gênero **		0,003
Feminino	8,53 (19,08)	
Masculino	10,30 (22,79)	
Faixa Etária ***		$<0,001$
≤ 33 anos	6,75 (15,88)	
34 – 39 anos	8,94 (19,60)	
40 – 47 anos	10,01 (21,87)	
48 – 56 anos	10,20 (23,32)	
57 anos ou +	10,26 (21,31)	
Cargo**		$<0,001$
Técnico-administrativo	7,80 (18,02)	
Docente	11,97 (24,61)	
Ano do afastamento***		0,022
2014	10,38 (23,32)	
2015	8,82 (21,73)	
2016	8,37 (18,43)	
2017	9,63 (19,83)	
Grupo de Doença do afastamento***		$<0,001$
Doenças do aparelho respiratório	3,09 (6,42)	
Doenças do Sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	8,62 (17,14)	
Doenças do aparelho digestivo	4,25 (10,47)	

Transtornos Mentais e Comportamentais	27,41 (34,57)
Doenças Infecciosas e parasitárias	3,23 (5,29)
Doenças do aparelho circulatório	8,47 (18,19)
Outras doenças	10,88 (23,45)

*referente ao número de afastamentos no período estudado **Teste T ***ANOVA

Tabela 2. Distribuição das médias de dias de afastamentos das Licenças para Tratamento de Saúde (N = 5.115*).

Na análise multivariada (Tabela 3) permaneceram associados a maior quantidade de dias de afastamento as faixas etárias de 48 a 56 anos (CR=1,78; IC95%: 0,29-3,27) e 57 anos ou mais (CR=2,49; IC95%: 0,66-4,34), os transtornos mentais e comportamentais (CR=22,30; IC95%: 20,34-24,25), a categoria “Outras doenças” (CR=7,26; IC95%: 6,03-8,48), as doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (CR=4,88; IC95%: 3,22-6,55) e as doenças do aparelho circulatório (CR=4,27; IC95%: 2,07-6,47).

Menor número de dias de afastamento foram apresentados por servidores do gênero feminino [CR= (-1,13); IC95%:(- 2,25) - (-0,02)] e quando ocupam cargo de técnico-administrativo [CR= (-4,46); IC95%:(-5,62) - (- 3,29)].

Variáveis	Intervalo de Confiança de 95%			P- Valor
	Coefficiente de Regressão	Inferior	Superior	
Gênero				
Feminino	-1,13	-2,25	-0,02	0,046
Faixa Etária				
48 – 56 anos	1,78	0,29	3,27	0,019
57 anos ou +	2,49	0,66	4,34	0,008
Cargo				
Técnico-administrativo	-4,46	-5,62	-3,29	<0,001
Grupo de Doenças do afastamento				
Doenças do Sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	4,88	3,22	6,55	<0,001
Transtornos Mentais e Comportamentais	22,30	20,34	24,25	<0,001
Doenças do aparelho circulatório	4,27	2,07	6,47	<0,001
Outras doenças	7,26	6,03	8,48	<0,001

*referente ao número de afastamentos no período estudado.

Tabela 3. Coeficiente de regressão para as variáveis associadas à maior quantidade de dias de afastamento para Tratamento de Saúde (N=5.115*).

Quando analisamos especificamente os TMC (Tabela 4), referentes ao capítulo V da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), observamos que, em todos os anos estudados, os servidores que atuam administrativamente na instituição tiveram mais afastamentos do trabalho, mesmo representando menor número de servidores. O gênero feminino supera o masculino, com exceção do ano de 2014, onde os servidores do sexo masculino aparecem com um quantitativo 2,7% maior.

Sobre a faixa etária, percebemos que, inicialmente, servidores com mais idade se mostram em maior sofrimento por TMC, o que vai mudando ao longo do tempo. Enquanto nos anos de 2014 e 2015 as faixas etárias acima de 36 anos se licenciavam mais por motivos de doenças mentais, a partir de 2016 e 2017 as faixas etárias mais novas aparecem com mais afastamentos do trabalho para tratamento de TMC.

Em relação ao quantitativo de afastamentos (Gráfico 1), as doenças mentais apresentam um expressivo crescimento no decorrer dos anos, com a inclinação ascendente da curva indicando aumento em períodos futuros. Entre 2014 e 2015, os afastamentos por TMC mostram um crescimento de 141.07% no número total de afastamentos, e entre 2016 e 2017 os números de licenças aumentaram em 73.95%. Apenas entre 2015 e 2016, as licenças por TMC diminuíram. Observando todo o período estudado, o quantitativo de afastamentos por TMC progrediu 198.21%, entre 2014 e 2017 (diferenças percentuais entre os anos não tabulada).

Variáveis	2014		2015		2016		2017	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Total dos afastamentos no ano	56	100%	135	100%	96	100%	167	100%
Cargo								
Técnico-administrativo	30	53.58%	88	65.19%	74	77,09%	109	65,27%
Docente	26	46.42%	47	34.81%	22	22,91%	58	34,73%
Gênero								
Feminino	27	48.22%	87	64,44%	61	63.55%	126	75.45%
Masculino	29	51.78%	48	35.56%	35	36.45%	41	24.55%
Faixa etária – Gênero Feminino								
≤ 25 anos	3	5.36%	2	1.49%	3	3.13%	11	6.59%
26 – 35 anos	5	8.93%	25	18.52%	26	27.09%	38	22.76%

36 – 50 anos	5	8.93%	25	18.52%	18	18.75%	55	32.94%
51 anos ou +	15	26.79%	34	25.19%	15	15.63%	24	14.38%
Faixa etária – Gênero Masculino								
≤ 25 anos	0	0%	0	0%	0	0%	2	1.20%
26 – 35 anos	5	8.93%	18	13.34%	10	10.42%	13	7.75%
36 – 50 anos	23	41.06%	23	17.03%	21	21.88%	12	7.19%
51 anos ou +	0	0%	8	5.91%	3	3.10%	12	7.19%

Tabela 4. Análise descritiva das características das Licenças para Tratamento de Saúde por TMC entre 2014 e 2017.

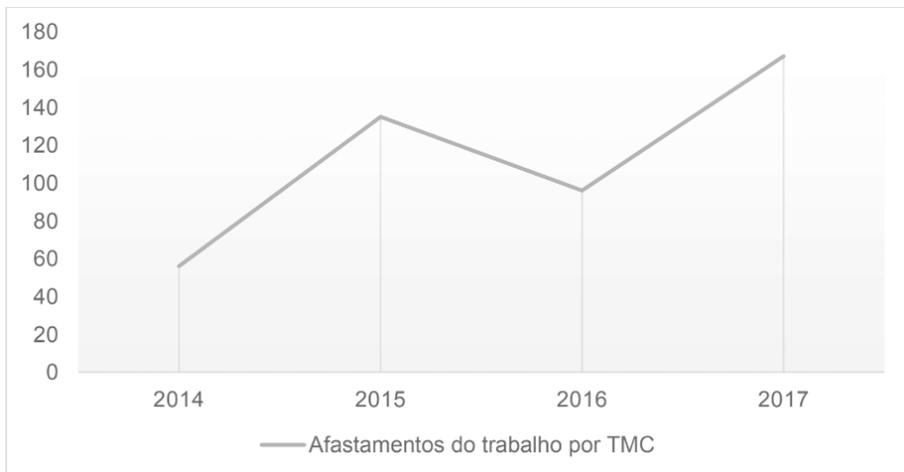


Gráfico 1. Variação de afastamentos dos servidores por ano.

4 | DISCUSSÃO

Esse trabalho mostrou que, apesar de haver um predomínio de indivíduos do gênero feminino, o masculino apresenta uma média maior de dias de afastamento. Os TMC, apesar de representarem a quarta maior causa de afastamentos, excluindo o agrupamento denominado “outras doenças”, quando consideramos a média de dias de afastamento, é disparada a maior causa das licenças por motivo de saúde dos servidores da instituição. Diferente dos afastamentos do trabalho por doença, que tem seu aumento de frequência com a idade, os TMC afastam trabalhadores cada vez mais jovens. A pesquisa mostrou também que mais trabalhadores da instituição se ausentam do trabalho por distúrbios mentais quando apresentam as seguintes características: ser do gênero feminino e/ou

técnico-administrativo.

Os resultados apresentam dados relativos aos indicadores de absenteísmo-doença de servidores da educação pública, bem como o perfil dos servidores nos anos do estudo. Os valores apresentados podem indicar a importância da tomada de medidas em relação aos recursos humanos, revelando aos gestores as condições do ambiente das organizações, podendo auxiliar no planejamento das ações em saúde do trabalhador e/ou avaliar a efetividade das mesmas (Leão *et al.*, 2015).

Sobre as associações com a quantidade maior dos dias de afastamento, podemos ressaltar a relação positiva entre o aumento da idade e o aumento dos dias de licença. Esse achado corrobora com dados de outros estudos, que identificaram um aumento de licenças para tratamento de saúde com o aumento da idade dos trabalhadores, assim como a observação de licenças mais longas em trabalhadores com mais idade, chegando à conclusão que esse aumento pode estar ligado a outros motivos além dos problemas de saúde, como razões motivacionais associadas a diminuição de produtividade e dificuldade com novas tecnologias inseridas nos processos de trabalho (Santi; Barbieri; Cheade, 2018; Sumamen *et al.*, 2015). Outros artigos encontram maiores afastamentos entre a faixa etária de 30 a 40 anos (Lemos *et al.*, 2018; Santi; Barbieri; Cheade, 2018). Presume-se através de evidências que, dentro de 20 anos, mais da metade da composição da população nacional será de indivíduos acima de 45 anos, o que traz à tona a discussão sobre a capacidade do trabalhador, tendo em vista que o envelhecer funcional precipita-se ao envelhecer cronológico (Bellusci; Fischer, 1999). Isso se torna extremamente importante tendo em vista as políticas atuais de não substituição dos trabalhadores aposentados por idade ou invalidez, implicando redução em número e maior ônus e piora de condições de trabalho para os remanescentes.

As categorias gênero feminino e cargo técnico- administrativo apresentam menor quantidade de dias de afastamento. Sobre a relação do gênero, verificou-se no presente estudo que apesar de menos dias de afastamento, as quantidades de eventos que afastam as mulheres são em maior número. Isso converge com outros estudos, que verificaram os afastamentos do trabalho, relacionando-os com o gênero (Rodrigues *et al.*, 2013). O fato de as mulheres apresentarem mais eventos, embora com menor quantidade de dias de afastamento, fundamenta a hipótese de que servidores do gênero masculino se afastam em casos mais graves e que requerem mais dias de tratamento, além daquela de que homens procuram menos os serviços de saúde (Lemos *et al.*, 2018; Leão *et al.*, 2015).

Ser da categoria servidores técnico-administrativos na instituição apresentou relação com menos dias de afastamento. Porém, em relação à frequência de eventos, notou-se mais técnico-administrativos se afastando por motivo de doença, comparados aos servidores que atuam como docentes. Essa diferença de frequência e quantidade de dias pode estar relacionada às distintas características que as categorias apresentam, levando em consideração que as carreiras são descritas em leis diferentes, sendo distintas em seus

regimes de trabalho, carga horária na instituição e normas para progressão funcional, entre outros aspectos (Brasil, 2005).

Os TMC representaram apenas a quarta causa de afastamento do trabalho por motivo de saúde, embora sejam aquela com maior média de dias por afastamento. Mostraram também associação com mais dias de afastamento, representando 22,30 dias a mais de licença comparado a outras causas. Outros estudos que avaliaram as doenças que afastam os servidores públicos indicaram os TMC como uma das principais causas de licença, associando a esse grupo a tendência do aumento das médias de dias de afastamento ao longo do tempo (Dias *et al.*, 2018; Bastos *et al.*, 2018; Marangoni *et al.*, 2016; Santa-Marinha *et al.*, 2018; Paula *et al.*, 2018). Os TMC aparecem recorrentemente como fator que contribui para o aumento do número de dias e de quantidade de afastamentos entre os servidores públicos. Apesar de certa estabilidade no emprego, fatores tais como a precarização das condições e do ambiente de trabalho, a terceirização de funções, a responsabilização pelas deficiências crônicas no serviço prestado por falta de estrutura adequada, o achatamento salarial ao longo dos anos, a falta de reconhecimento e de controle sobre como o trabalho é realizado, são algumas das possíveis causas para esse aumento (Oliveira; Baldacara; Maia, 2015).

Considerando-se os TMC, verifica-se que os servidores técnico-administrativos se afastam mais por esse motivo, comparados aos docentes. Porém, observa-se que em ambas as carreiras os números são altos, tanto de afastamentos ao longo do tempo, quanto de perdas de dias de trabalho. Estudos com professores constatou que os TMC são as doenças que mais afastam essa categoria, podendo ter relação com o ambiente escolar, ritmo excessivo e a organização estrutural do trabalho (Prestes; Mendonça; Ferreira, 2013). A percepção do trabalho como fonte de estresse e a convivência com pessoas que influenciam negativamente o ambiente de trabalho são fatores que contribuíram para o desenvolvimento da síndrome de burnout em servidores públicos do Tocantins (Gasparini; Barreto; Assunção, 2005). Dados alarmantes sobre suicídio aparecem em alguns dos estudos: servidores técnico-administrativos de uma instituição federal de ensino superior que possuíam transtorno de humor, transtornos de ansiedade e depressão relataram ter tido ideias suicidas ou terem tentado o suicídio, motivados pela organização do trabalho (Ramos; Macêdo, 2018).

Sobre o fato de servidores do gênero feminino aparecerem com mais afastamentos por TMC, endossa a confirmação que a dupla jornada, ou seja, o trabalho provedor financeiro paralelo aos trabalhos domésticos, culturalmente imposto na sociedade como responsabilidade da mulher, traz malefícios, não apenas físicos, como psicológicos (Codo; Sampaio, 1995; Campos-Puente *et al.*, 2019). Outro achado importante, apontado nos resultados do estudo, é que cada vez mais pessoas mais jovens apresentam problemas relacionados à saúde mental. Podemos associar esse achado com o fato de que, desde o anúncio da Reforma da previdência, aumentaram as solicitações de aposentadorias

nos serviços públicos e privados, e com isso a diminuição da força de trabalho ocorreu drasticamente, tendo a mesma quantidade de trabalho para um número menor de servidores, aumentando a carga de trabalho (Tomazelli, 2019; Augusto, 2019; Pontes, 2019). Na população estudada cerca de 61% dos trabalhadores estão na faixa entre 34 a 56 anos. Possivelmente reflexo dessa reestruturação no setor.

Nos últimos anos, muitas mudanças ocorreram no que diz respeito à gestão de pessoas e a organização do trabalho dentro das instituições públicas, o que afeta diretamente os servidores, e se relaciona ao aumento da tensão no ambiente de trabalho (Diógenes, 2016; Freire; Palotti, 2015). Além disso, ainda hoje a sociedade possui uma imagem distorcida do servidor público, desvalorizando a importância do trabalhador do Estado para o funcionamento do bem comum, desmotivando os servidores e podendo produzir sofrimento psíquico (Moraes, 2002; Saraiva, 2019; Gomes, 2008), já que socialmente se é valorizado pelo trabalho, não como meio de transformação do mundo, mas de produtividade (Deluiz, 2001; Vasconcelos, 2001).

Práticas de gestão onde a competitividade é ressaltada (avaliação individual) e o foco apenas no resultado final (qualidade total) se tornam importantes, descartando todo o processo da atividade e o trabalho em conjunto, fazendo com que cada vez mais os trabalhadores cheguem à exaustão, e com isso os danos à saúde mental ecoem nos ambientes de trabalho (Leão; Gomez, 2014; Theorell *et al.*, 2012). É importante que os gestores se conscientizem que ambientes de trabalhos saudáveis não são custos a mais, e sim investimentos, que renderão maior produtividade e menores afastamentos do trabalho.

Vale ressaltar que, mesmo com os números crescentes de afastamentos do trabalho por doenças mentais, onexo causal entre trabalho e TMC nem sempre é realizado. Na legislação brasileira, foi necessária a criação do Nexo Técnico Epidemiológico (NTEP) para que se possa aferir o afastamento por TMC em seu conjunto e qualificar a relação de causalidade (Brasil, 2007). Muitas vezes, sintomas recorrentes e referidos de doenças psíquicas não são lidos como um processo de sofrimento mental, não se levando em conta a subjetividade e individualidade dos sujeitos, e não sendo reconhecidos como derivados do trabalho (Viu; Blasco, 2011).

Estudos como o apresentado permite a criação de estratégias mais efetivas para a saúde dos trabalhadores, incluindo planos de ação que promova uma melhora na saúde mental e previna o aparecimento de TMC, possibilitando que o trabalho se torne produtor de bem-estar e satisfação, levando a uma melhor atuação, além de contribuir com a saúde física e mental da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, T. B. *et al.* Prevalência de absenteísmo entre trabalhadores do serviço público. **Scientia Medica**, Porto Alegre, v. 18, n. 4, p. 166-171, out./dez. 2008.

AUGUSTO, O. Até 2021, um quarto dos servidores públicos federais irão se aposentar. *Metrópolis* [portal digital], São Paulo, 08 abr 2019. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/servidor-brasil/ate-2021-um-quarto-dos-servidores-publicos-federais-irao-se-aposentar>. Acesso em: 26 de junho de 2020.

BARBOZA, E. L. G; SANTOS, M. A. S. Afastamento para Tratamento da Própria Saúde e suas Implicações na Prática Profissional. In: Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa, 7., 2018, Fortaleza. **Atas** [...]. **Coruña**: Universidade da Coruña, 2019. Volume 2. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/issue/view/25>. Acesso em: 8 jan. 2020.

BASTOS, M. L. A. *et al.* Afastamentos do trabalho por transtornos mentais: um estudo de caso com servidores públicos em uma instituição de ensino no Ceará, Brasil. **Rev Bras Med Trab**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 53-59. DOI: 10.5327/Z1679443520180167. Disponível em: <https://www.rbmt.org.br/details/293/pt-BR/afastamentos-do-trabalho-por-transtornos-mentais-um-estudo-de-caso-com-servidores-publicos-em-uma-instituicao-de-ensino-no-ceara-brasil>. Acesso em: 10 de março de 2020.

BASTOS, V. G. A; SARAIVA, P. G. C; SARAIVA, F. P. Absenteísmo-doença no serviço público municipal da Prefeitura Municipal de Vitória. **Rev Bras Med Trab**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 192-201, 2016. DOI 10.5327/Z1679-443520164615 2016. Disponível em: <https://www.rbmt.org.br/details/111/pt-BR/absenteismo-doenca-no-servico-publico-municipal-da-prefeitura-municipal-de-vitoria>. Acesso em: 20 de fev. 2020.

BELLUSCI, S. M; FISCHER, F. M. Envelhecimento funcional e condições de trabalho em servidores forenses. **Rev Saúde Pública**, São Paulo, v. 33, n. 6, p. 602-609, dez. 1999. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89101999000600012>. Acesso em 20 de fevereiro de 2020.

BRASIL. Decreto nº 6.042 de 12 de fevereiro de 2007. Altera o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto no 3.048, de 6 de maio de 1999, disciplina a aplicação, acompanhamento e avaliação do Fator Acidentário de Prevenção - FAP e do Nexo Técnico Epidemiológico, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: 12 de fev. 2007.

BRASIL. Decreto nº 6.833, de 29 de abril de 2009. Institui o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal - SIASS e o Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor. **Diário Oficial da União**: 30 abr. 2009.

BRASIL. Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: 19 set. 1990.

BRASIL. Lei nº 11.091. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: 13 jan. 2005.

BRASIL. Lei nº 12.772. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; altera remuneração do Plano de Cargos Técnico- Administrativos em Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: 31 dez. 2005.

CAMPOS-PUENTE, A.M. *et al.* Emotional Exhaustion in Housewives and Alzheimer Patients' caregivers: Its Effects on Chronic Diseases, Somatic Symptoms and Social Dysfunction. **Int J Environ Res Public Health**, Basiléia, v. 16, n. 18, e3250, 2019. DOI 10.3390/ijerph16183250. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1660-4601/16/18/3250>. Acesso em 24 de junho de 2020.

CANTOR CUTIVA, L. C.; BURDORF, A. Medical costs and productivity costs related to voice symptoms in Colombian teachers. **J Voice**, Elsevier Inc., v. 29, n. 6, p. 15-22, mai. 2015.

CHISHOLM, D. et al. Scaling-up treatment of depression and anxiety: a global return on investment analysis. **Lancet Psychiatry**, v. 3, n. 5, 2016. DOI 10.1016/S2215-0366(16)30024-4. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S2215-0366\(16\)30024-4](https://doi.org/10.1016/S2215-0366(16)30024-4). Acesso em 15 de jun. 2020.

CODO, W.; SAMPAIO, J. J. C. (org.). **Sofrimento psíquico nas organizações**. Petrópolis: Vozes; 1995. 353 p.

DELUIZ, N. Qualificação, competências e certificação: visão do mundo do trabalho. In: **Humanizar cuidados de saúde: uma questão de competência**. Brasília: Ministério da Saúde; 2001. p. 5-15.

DIAS, A. et al. Factors Affecting Sick Leave Duration for Non-Work-Related Temporary Disabilities in Brazilian University Public Servants. **Int. J Environ Res Public Health**, v. 15, n. 10, p. 2127. 2018.

DIÓGENES, L. C. et al. Intenção de rotatividade e percepção de suporte organizacional em um órgão público federal. **Rev Serv Público**, vol. 67, n. 2, p. 147-172. 2016.

FREIRE, A.; PALOTTI, P. (org.). **Servidores públicos federais: novos olhares e perspectivas**. Brasília: Enap; 2015.

GASPARINI, S.M.; BARRETO M.S.; ASSUNÇÃO, A. A. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Revista de Educação e Pesquisa**, vol. 31, n. 2, p. 189-199. 2005.

GLINA, D. M. R. et al. Saúde mental e trabalho: uma reflexão sobre o nexa com o trabalho e o diagnóstico, com base na prática. **Cad Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol.17, n.3, p.607-616, maio/jun. 2001. DOI 10.1590/S0102-311X2001000300015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v17n3/4643.pdf>. Acesso em: 30 jun 2020.

GOMES, N. F. A subjetividade do servidor público constituída na relação com o estado e a sociedade. **Psicol. Am. Lat**, dez. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000400002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 jun 2020.

GUIMARÃES, G. F. M. et al. Absenteísmo no setor público: um estudo de caso no Espírito Santo. **Intellecto**, vol. 1, n. 1, p. 15-23. 2016.

HEAD, J. et al. Diagnosis-specific sickness absence as a predictor of mortality: the Whitehall II prospective cohort study. **BMJ**, vol. 337, n. 1469, p. 1-7. 2008.

IPEA. **As Idades médias de aposentadoria urbana por Unidade da Federação e região**. Brasília: IPEA; 2016.

LACAZ, F. A. C. O campo Saúde do Trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. **Cad. Saúde Pública**, vol. 23, n. 4, p. 757-766. 2007.

LEÃO, A. L. M. et al. Absenteísmo-doença no serviço público municipal de Goiânia. **Rev Bras Epidemiol**, vol. 18, n. 1, p. 262-77. 2015.

- LEÃO, L. H. C.; GOMEZ, C. M. A questão da saúde mental na vigilância em saúde do trabalhador. **Cien Saude Colet**, vol.19, n.12, p. 4649-4658. 2014.
- LEMOS, D. S. *et al.* Absenteísmo-doença entre servidores públicos do setor saúde do Distrito Federal. **Rev Bras Med Trab**, vol. 16, n. 3, p. 336-345. 2018.
- MALTA, V. D.; REIS NETO, M. T.; LEITE, P. A. Os efeitos do absenteísmo docente no desempenho discente: um estudo na Educação Básica pública. **Educação Pública**, vol. 19, n. 11, 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/11/os-efeitos-do-absenteismo-docente-no-desempenhos-discente-um-estudo-na-educacao-basica-publica>. Acesso em: 15 jun 2020.
- MARANGONI, V. S. L. *et al.* Afastamento laboral por transtornos mentais entre servidores da prefeitura de Manaus: uma análise preliminar. **Semina: Ciências Biológicas e da Saúde**, vol. 37, n. 2, p. 13-24. 2016.
- MARTINS, M. I. C. *et al.* A política de atenção à saúde do servidor público federal no Brasil: atores, trajetórias e desafios. **Cien Saude Colet**, vol. 22, n. 5, p. 1429-1440. 2017.
- MENDES, R.; DIAS, E. C. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. **Rev Saúde púb**, vol. 25, n. 5, p. 341-349. 1991.
- MIRANDA, G. J.; ARAUJO, T. S.; MARCELINO, I. A. O absenteísmo acadêmico e suas consequências mais óbvias. **Revista GUAL**, vol. 10, n. 1, p. 172 – 189. 2017.
- MORAES, R. C. Reformas neoliberais e políticas públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações Estado-Sociedade. **Educ Soc**, vol. 80, n. 3, p. 13-24. 2002.
- MPDG. **Boletim Estatístico de Pessoal e Informações Organizacionais**. Brasília: SEGEP/MP; 2017.
- MPDG. **Manual de Perícia Oficial em Saúde do Servidor Público Federal**. Brasília: SERGT/MP; 2017.
- OLIVEIRA, L. A.; BALDACARA, L. R.; MAIA, M. Z. B. Afastamentos por transtornos mentais entre servidores públicos federais no Tocantins. **Rev bras saúde ocup**, vol. 40, n. 132, p. 156-169, dez 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0303-7657000092614>. Acesso em: 26 de jun 2020.
- OMS. **Classificação internacional de doenças e problemas relacionados à saúde: 10ª revisão**. São Paulo: OMS, 1995.
- PAULA, J. B. *et al.* Incidência de transtornos mentais em servidores públicos: implicações na qualidade de vida do trabalhador. **R. bras. Qual. Vida**, vol. 10, n. 1, e7121. 2018. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbqv/article/view/7121>. Acesso em: 30 de junho de 2020.
- PIZZIO, A.; KLEIN, K. B. Perfil epidemiológico dos servidores públicos federais no Tocantins afastados por motivo de saúde. **G&DR**, vol. 14, n. 2, p. 588-604. 2018.
- PONTES, C. Aposentadorias de servidores federais crescem 91% no ano da reforma da Previdência. *Extra* [portal digital], Rio de Janeiro, 31 dez 2019. Disponível em: <https://extra.globo.com/emprego/servidor-publico/aposentadorias-de-servidores-federais-crescem-91-no-ano-da-reforma-da-previdencia-24166222.html>. Acesso em: 26 jun 2020.

PRESTES, L. I. N. *et al.* Por que a percepção de justiça organizacional torna os trabalhadores mais comprometidos? **Fragmentos de Cultura**, vol. 23, n. 3, p. 319-333. 2013.

RAMOS, L. F. C.; MACÊDO, K. B. Reflexões sobre o adoecimento dos servidores técnico-administrativos em educação. **Argum**, vol. 10, n. 3, p. 107- 122. 2018.

RODRIGUES, C. S. *et al.* Absenteísmo-doença segundo autorrelato de servidores públicos municipais em Belo Horizonte. **Rev Bras Estud Popul**, vol. 30, p. 135-154. 2013.

SANTA-MARINHA, M. S. *et al.* Avaliação das licenças para tratamento de saúde implantação do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor na FIOCRUZ: quadriênio 2012- 2015. **Rev Bras Med Trab**, vol. 16, n. 1, p. 67-70. 2018.

SANTI, D. B.; BARBIERI, A. R.; CHEADE, M. F. M. Absenteísmo-doença no serviço público brasileiro: uma revisão integrativa da literatura. **Rev Bras Med Trab**, vol. 16, n. 1, p. 71-81. 2018.

SANTOS, J. P.; MATTOS, A. P. Absentismo- doença na prefeitura municipal de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. **Rev. bras. Saúde ocup**, vol. 35, n. 121, p. 148 - 156. 2010.

SARAIVA, I. Z. Elementos para análise do ataque falacioso contra universidades e serviço público no neoliberalismo brasileiro pós-2015: Balbúrdia, homens-pauta-bomba, ataque e recuo. **Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana**, jun 2019. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/oel/2019/06/analise-ataque-falacioso.html>. Acesso em: 24 jun 2020.

SILVA, A. S.; PAES, M. S. L. Caracterização do absenteísmo dos docentes da rede municipal de Coronel Fabriciano – MG. **Revista Enfermagem Integrada**, vol. 9, n. 1, p. 1377- 1390. 2016.

SILVA, M. M.; CAVEIÃO, C. Análise dos afastamentos de saúde dos trabalhadores de ensino de Divinópolis – MG. **Revista Saúde e Desenvolvimento**, vol. 10, n. 5, p. 138-156. 2016

SOUZA, Z. B.; REIS, L. M. Entre o atender e o ser atendido: políticas em saúde para o trabalhador do serviço público. **Cad psicol soc trab**, vol. 16 n. 1, p. 87-106. 2013.

SUMAME, H. *et al.* Sickness absence among young employees: trends from 2002 to 2013. **J Occup Health**, vol. 57, n. 5, p. 474-481. 2015.

THEORELL, T. *et al.* Non-Listening and Self Centered Leadership – Relationships to Socioeconomic Conditions and Employee Mental Health. **PLOS ONE**, vol. 7, n. 9, p. 9, set 2012. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/>. Acesso em: 24 jun 2020.

TOMAZELLI, I. Reforma da Previdência leva a corrida por aposentadoria no serviço público. *Estadão [portal digital]*, São Paulo, 02 set 2019. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,reforma-da-previdencia-leva-a-corrida-por-aposentadoria-no-servico-publico,70002992597>. Acesso em: 30 jun 2020.

VASCONCELOS, A. F. Qualidade de Vida no Trabalho: origem, evolução e perspectivas. **Caderno de Pesquisas em Administração**, vol. 8, n. 1, jan./mar 2001. Disponível em: <http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2009/06/qualidade-de-vida-no-trabalho-origem.pdf>. Acesso em 25 jun 2020.

VÍU, C. M.; BLASCO, J. M. Salud laboral y salud mental: estado de la cuestión. **Med Segur Trab**, vol. 57, n. 1, p. 1-262. 2011.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Atenção primária 3, 6, 7, 13, 70, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 171

C

Câncer de colo do útero 69, 73, 77, 160

Colonização intradomiciliar 15

Coronavírus 104, 105, 106, 107, 108, 111, 112, 113

Covid-19 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113

D

DATASUS 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 71, 72, 84, 96, 97, 102, 150, 151, 152

Dengue 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 95, 96, 97, 98, 99

E

Etnobotânica 34, 35, 37, 39

Exercício físico 132, 137, 166

H

Hanseníase 138, 139, 141, 142, 145, 146, 147, 148, 149

I

Idosos 47, 49, 50, 65, 90, 93, 95, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172

Internação hospitalar 52, 56, 89, 97

M

Maternidade 1, 3, 5, 6, 9

Micologia médica 52, 53, 54, 55

Musculação 127, 128, 131, 132, 133, 134, 135, 136

N

Neoplasia maligna 150, 151, 152

O

Odontologia 47, 50, 51

P

Pandemia 104, 105, 106, 107, 110, 113

População indígena 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77

Prótese 47, 49, 50

R

Rede pública de ensino 173

S

Saneamento básico 28, 70, 94, 95, 96, 101, 102

Sars-cov-2 112

Saúde do trabalhador 67, 114, 115, 116, 121, 125, 126, 173, 174, 175, 183, 187, 188

Saúde indígena 70

Saúde Pública 1, 2, 12, 13, 14, 16, 21, 26, 28, 33, 34, 36, 37, 40, 43, 51, 53, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 69, 80, 93, 95, 103, 104, 105, 106, 125, 126, 141, 148, 150, 151, 160, 171, 172, 174, 186, 187, 198, 199

Sífilis congênita 1, 2, 3, 4, 7, 8, 11, 12, 13, 14

Sífilis gestacional 14

Surto 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 104, 106

T

Transtornos mentais 173, 176, 177, 178, 180, 186, 188

Triatomíneos 15, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 24, 25

U

Unidade de Pronto Atendimento 81, 84, 91

V

Vetores 15, 22, 23, 24, 25, 28, 32, 95, 98

Vigilância sanitária 44, 61, 64, 67

Violência infantil 198, 199, 200

Violência psicológica 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200

Z

Zona rural 9, 161, 162, 163, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172

Zoonoses 23, 67

POLÍTICAS E SERVIÇOS DE SAÚDE 4

www.atenaeditora.com.br 
contato@atenaeditora.com.br 
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

POLÍTICAS E SERVIÇOS DE SAÚDE 4

www.atenaeditora.com.br 
contato@atenaeditora.com.br 
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 